



AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search
<http://ageconsearch.umn.edu>
aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*



ANÁLISE DAS MUDANÇAS RECENTES NAS DESPESAS COM ALIMENTOS

**REBECCA IMPELIZIERI SILVEIRA; ELLENISE ELSA EMIDIO BICALHO;
VIVIANI SILVA LÍRIO;**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

VICOSA - MG - BRASIL

vsllirio@ufv.br

APRESENTAÇÃO ORAL

Economia e Gestão do Agronegócio

ANÁLISE DAS MUDANÇAS RECENTES NAS DESPESAS COM ALIMENTOS DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS¹

Grupo de Pesquisa: 2 – Economia e Gestão do Agronegócio.

RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar as mudanças na despesa alimentar das famílias brasileiras no período compreendido entre os anos de 1996 e 2003. Relacionou-se o consumo familiar ao preço e à despesa anual para os seguintes alimentos: aves e ovos, bebidas, carne bovina, carne suína, cereais em grãos, farinhas e derivados, frutas, lácteos, legumes e verduras. Na pesquisa, foram utilizados os microdados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) disponibilizados pelo IBGE, para os períodos selecionados. Em termos da distribuição de renda, observou-se pequeno ganho após a implantação do Plano Real: a população brasileira economicamente ativa que recebia até cinco salários mínimos mensais aumentou entre os anos de análise, porém para as mais altas faixas de renda ocorreu uma diminuição do número de pessoas, com efeito concentrador. Quanto ao consumo, notou-se que, como consequência do preço relativo dos produtos selecionado ter aumentado comparativamente a outros fatores, a quantidade consumida de vários produtos, em diferentes regiões, diminuiu e, para as famílias pertencentes aos estratos de renda menores, o peso da aquisição de alimentos na renda total familiar manteve-se proporcionalmente maior. Além disso, a despesa anual para aquisição dos alimentos estudados aumentou significativamente para as famílias, de forma agregada e segmentada por regiões.

Palavras-chave: consumo alimentar, alimentos, orçamento familiar.

¹ Essa pesquisa é fruto de projeto financiado pela Caixa Econômica Federal, em convênio com a UFV.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



ABSTRACT

The objective of this study is to analyze the changes in the standard and profile of alimentary consumption of the Brazilian families in period 1996 the 2003. The familiar consumption to the price and the annual expenditure for following foods became related: chicken and eggs, drinks, bovine meat, meat porck, cereals in grains, flours and derivatives, fruits, milky, and vegetables. In the research, the microdata of the Research of Orçamentos Familiares (POF) disponibilizadas by the IBGE had been used, for the selected period. As first result, small profit in the income distribution was observed after the implantation of the Real Plan: economically active the Brazilian population that received up to five monthly minimum wages increased enters the years of analysis, however for the highest bands of income a reduction of the number of people occurred, with concentrative effect. How much to the consumption, it was noticed that, as consequence of the relative price of the products selected to have increased comparativly to the other factors, the consumed amount of some products, in different regions, diminished and that, for the pertaining families to lesser stratus of income, the weight of the acquisition of foods in the familiar total income was remained proportionally bigger. Moreover, the annual expenditure for acquisition of studied foods increased significantly for the families in such a way when grouped by Brazilian regions how much for income classrooms.

Key words: alimentary consumption, foods, familiar budget.

1. INTRODUÇÃO

A preocupação com o bem-estar social encontra-se no cerne de grande parte dos questionamentos sobre a condução dos sistemas econômicos. Naturalmente, a abrangência dessa variável envolve a percepção de diferentes abordagens, dentre as quais se destaca a capacidade de atendimento às demandas básicas dos indivíduos. Sem desconsiderar as demais necessidades, de caráter mais subjetivo, envolvidas na delimitação do bem-estar individual (ou agregado, no caso das famílias), é certo que o acesso alimentar é um dos quesitos mais significativos.

A variável “consumo” tem grande importância nas análises econômicas, uma vez que o nível de renda das famílias é um dos principais determinantes da estrutura de demanda, seja em termos agregados ou grupos de produtos. Naturalmente, dentro das análises mais agregadas, envolvendo as demandas familiares, o padrão alimentar é de fundamental importância para o bem-estar social. Assim sendo, a avaliação de eventuais ganhos da qualidade de vida da população encontram-se intimamente relacionados às potenciais melhorias no acesso e qualidade dos alimentos consumidos por ela.

Nesse sentido, alguns trabalhos podem ser destacados, como o de Sichert *et al.* (2003), que conclui que a renda e a escolaridade eram as variáveis que mais caracterizavam o consumo alimentar no Brasil em conjunto com a região de residência e o de Santos e Batalha (2005), que enfatizam que o consumo de alimentos provém de fatores sociais, nutricionais, psicológicos, culturais e econômicos, sendo este último, o de maior determinação, principalmente em países em desenvolvimento.

As Pesquisas de Orçamentos Familiares (POF), realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ao investigarem as “estruturas de consumo, dos gastos e dos rendimentos das famílias” (IBGE, 2004, p. 17), “com base em (...) diferentes áreas geográficas e níveis de rendimento familiar, constituem-se na fonte básica de informação sobre o consumo, alimentar e não-alimentar” (Rocha, 1995, p. 297). No entanto, essas bases



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



de dados fornecem indicações sobre o total da população, com destaque para observações sobre a média dos comportamentos nacionais, o que não é satisfatório para os formuladores de políticas², tendo em vista que a sociedade brasileira é caracterizada por grandes disparidades, seja em questões econômicas seja em aspectos sociais e culturais. Assim, espera-se que o padrão de consumo das famílias residentes na região Norte, por exemplo, seja distinto daquele das famílias que habitam a região Sul do País.

Além disso, em uma observação mais desagregada, é preciso considerar que renda se constitui em um importante determinante do consumo: indivíduos residentes em uma mesma região, mas com níveis de renda diferentes, apresentarão padrões de consumo também diversos. Em contrapartida, conforme destacado por Bertasso (2000), grupos sociais relativamente homogêneos tendem a apresentar características próximas, que se refletiria em padrões de consumo também relativamente homogêneos.

Além destas questões, diretamente ligadas ao perfil familiar, é preciso considerar que a tomada de decisão quanto ao destino da renda disponível depende de vários aspectos conjunturais de âmbito macroeconômico. Essa evidência pode ser comprovada observando-se a distribuição de renda entre indivíduos tomando por base a sua distribuição segundo a renda domiciliar per capita. A evolução desse indicador ao longo dos anos de 1995 a 2004, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD) e IPEADATA, verificou que, em 1996, a população pertencente ao estrato 1% mais rico se apropriava de 13,53% da renda total do país, enquanto os 20% mais pobres detinham apenas 2,16% da renda total. Em 2002, as alterações foram muito tímidas: apesar de a situação ter melhorado um pouco, 3, 1% da população mais rica detinha 13,42% da renda e os 20% mais pobres ficavam apenas com 2,52% da renda total do país.

Outro fator importante na determinação e alteração do padrão de consumo das famílias diz respeito à localização do domicílio, se na região urbana, mais próximo dos centros distribuidores, e de produtos mais bem elaborados, ou no meio rural, consumindo produtos que agregam menor valor adicionado. Além destes, diversos outros fatores podem ser considerados determinantes do consumo alimentar e não alimentar dos grupos familiares, dentre os quais podem ser citados o nível cultural (Cruz, 2006), o grau de instrução dos indivíduos, tamanho e composição das famílias (Bertasso, 2000 e Cruz, 2006) e preço relativo dos produtos consumidos (LAVINAS, 1998).

É sabido que o consumo é influenciado por gostos e preferências individuais e coletivas que, dada a diversidade de culturas e hábitos no nosso país, fará originar padrões de consumo diferentes em cada região para a qual são coletadas informações na POF. Entretanto, como destacado por Spers (2003), existem muitas limitações na coleta de dados de todo o universo quando se tem uma amostra numerosa e desconhecida, como é o caso dos consumidores. Essa dificuldade está presente devido à escassez de tempo e recursos

² Geralmente as POF são utilizadas como subsídio e referencial para a formulação de políticas públicas porque propiciam informações sobre despesas e recebimentos de parcela significativa das famílias brasileiras fornecendo medidas do poder de compra dos grupos de indivíduos (CASTRO; MAGALHÃES, 1998 e LAVINAS, 1998).

³ A desigualdade de renda, medida pelo Coeficiente de Gini, passou de 0,60, em 1996, para 0,59, em 2002 (IPEA, 2006), uma melhora pouco expressiva.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



disponíveis para a coleta de dados. Por esse motivo a utilização da POF constitui-se no melhor material a ser utilizado, uma vez que agrega as informações de consumo das famílias brasileiras que possuem maior abrangência no território nacional. Assim, embora se tenha ciência de que existiram, de fato, modificações estruturais no padrão de consumo das famílias, em termos de grandes agregados, pouco se tem em termos das alterações detalhadas constituintes desse processo. Esse fato, portanto, constitui-se a questão central que motiva a pesquisa.

Nesse contexto, o presente estudo visa identificar as alterações ocorridas na estrutura de consumo alimentar das famílias brasileiras, com ênfase no período de 1995 a 2003, que compreende a realização das duas últimas investigações dos orçamentos familiares (POF) pelo IBGE envolvendo as regiões brasileiras.

1.1. Objetivos

O objetivo principal deste trabalho consiste em analisar as mudanças no padrão de consumo alimentar das famílias brasileiras no período 1996 a 2003, considerando, nesta avaliação, a localização geográfica dos agregados familiares.

2. METODOLOGIA

A determinação do consumo numa unidade familiar está associada a diversos fatores de dimensão individual e coletiva, relacionando-se diretamente à determinação do bem-estar social. Sabe-se que os gastos com alimentos estão entre os principais componentes dos gastos familiares, e seu consumo, em termos relativos, está inversamente relacionado com o nível de renda. Dessa forma, quanto menor o nível de renda maior é o gasto relativo com produtos alimentares e sendo assim, o estudo destes tipos de gastos torna-se relevante num enfoque que visa analisar o padrão de consumo das famílias.

Nas famílias brasileiras, os gastos com alimentos têm sido fortemente influenciados por alterações da renda e pelos preços relativos dos bens disponíveis, bem como por transformações estruturais da sociedade associadas à urbanização, às mudanças demográficas e de composição das famílias. Outros fatores que também determinam os gastos das famílias são o grau de instrução escolar e o sexo do chefe da unidade familiar (MENEZES et al., 2002).

Em pesquisas na Área de Ciências Sociais Aplicadas, a utilização das bases de dados disponibilizadas pelas fontes oficiais (a exemplo do IBGE) é um recurso importante. Grande parte dessas informações, entretanto, requer a compreensão das estruturas de organização e sistematização de dados das instituições, a exemplo da codificação utilizada pelo IBGE na classificação dos agregados familiares e de mercadorias/serviços.

Parte significativa das informações é disponibilizada apenas em formato de micro-dados, que necessitam ser tratados estatisticamente antes de serem utilizados nas análises pretendidas. Na presente pesquisa, o levantamento e sistematização dos dados foram realizados em etapas variadas, a saber: a) aquisição das bases (CD Rom) com os micro-dados da POF (levantamentos 1995/1996 e 2002/2003); b) análise e compreensão das estruturas de codificação utilizadas; c) sistematização e categorização das variáveis a serem estudadas; d) tabulação e análise das informações obtidas.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



A opção pela apresentação dos resultados na forma tabular e gráfica segue os princípios da análise estatística descritiva - análise exploratória dos dados. De acordo com os níveis de mensuração, as variáveis podem ser classificadas em: qualitativa (nominal ou ordinal) e quantitativa (discreta ou contínua). Nesta pesquisa, todos os dados coletados são do tipo quantitativo e discreto.

2.1. Fonte de Dados, Seleção e Operacionalização das Variáveis Utilizadas

A base de dados para o desenvolvimento deste trabalho foram as Pesquisas de Orçamentos Familiares (POF) realizadas pelo IBGE, correspondentes aos períodos de 1995/1996 e 2002/2003. Ocasionalmente foram utilizadas algumas tabelas, também da POF – IBGE, mas com base de dados de 1997 e 2004/2005. Isso se deve ao fato de as tabelas serem publicadas após os anos de análise, tendo alguns ajustes. Portanto o uso dessas tabelas, com anos diferentes, para elaboração do trabalho não prejudica o resultado, visto que são da mesma coleta de dados, POF de 1995/1996 e POF de 2002/2003. Houve também a utilização de dados fornecidos pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Econômicos (DIEESE) a título de enriquecimento do trabalho para adequação das variáveis de análise.

Com intuito de apresentar características relevantes da população, objetivou-se caracterizar os estratos salariais, a localização geográfica dos indivíduos e a situação do domicílio das famílias, utilizando para isso os microdados⁴ relativos às POF 1995/1996 e 2002/2003 fazendo, quando possível⁵, uma comparação entre os seus resultados. A análise das mudanças no perfil e nas despesas alimentares no Brasil foi, portanto, realizada a partir da caracterização do consumo dos principais grupos de alimentos. Em relação às mudanças no consumo alimentar foram utilizados dados referentes à POF, que foram realizadas em 1996 e 2003. As bases de dados utilizadas envolveram os preços pagos por quilos de alimentos e o valor anual das despesas familiares por regiões e classes de rendimentos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Antes analisar a variação na despesa com alimentos nas famílias brasileiras, optou-se por proceder a uma caracterização desses grupos familiares, considerando alguns elementos básicos como: população por região, população por classes de rendimento, número de pessoas economicamente ativas, nível de instrução, tipo de ocupação, número de empregos e remuneração média das famílias brasileiras nos períodos em que a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) foi realizada.

No conjunto dos resultados principais observou-se que as regiões Sudeste e Nordeste, por possuírem juntas 70% da população total do país (no período de 1996 a 2003), refletem bem a estrutura de consumo que ocorreu no Brasil. Entre estes mesmos anos, houve uma pequena melhora na distribuição de renda, principalmente após a Implantação do Plano Real: de maneira geral a população brasileira economicamente ativa que recebia até cinco salários mínimos mensais aumentou entre os anos de análise, porém para as mais altas faixas de renda ocorreu uma diminuição do número de pessoas.

⁴ Dados no formato dos questionários aplicados.

⁵ Na POF 2002/2003 foram incluídas as áreas rurais e investigadas as aquisições não-monetárias, o que não havia sido feito nas POF anteriores.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



Em relação ao grau de escolaridade, verificou-se que a faixa de instrução de 11 a 15 anos de estudo (ensino fundamental completo), foi a que mais aumentou em todas as regiões com exceção à região Centro-oeste: a faixa de estudo de maior expansão foi a de mais de 15 anos de estudo. A remuneração média mensal das famílias de todas as regiões caiu em 2003 com relação a 1996, a única região que foge a essa regra foi a Centro-oeste, influenciada pelo Distrito Federal: houve, na localidade, aumento 361,31% na remuneração média.

De modo geral, o número de pessoas que faziam parte da atividade agrícola no país aumentou. Porém, considerando-se, separadamente, cada região, pode-se verificar que, com exceção das regiões Norte e Nordeste, o número de pessoas inseridas na atividade agrícola foi reduzido. Já a atividade não-agrícola teve crescimento em todas as regiões brasileiras.

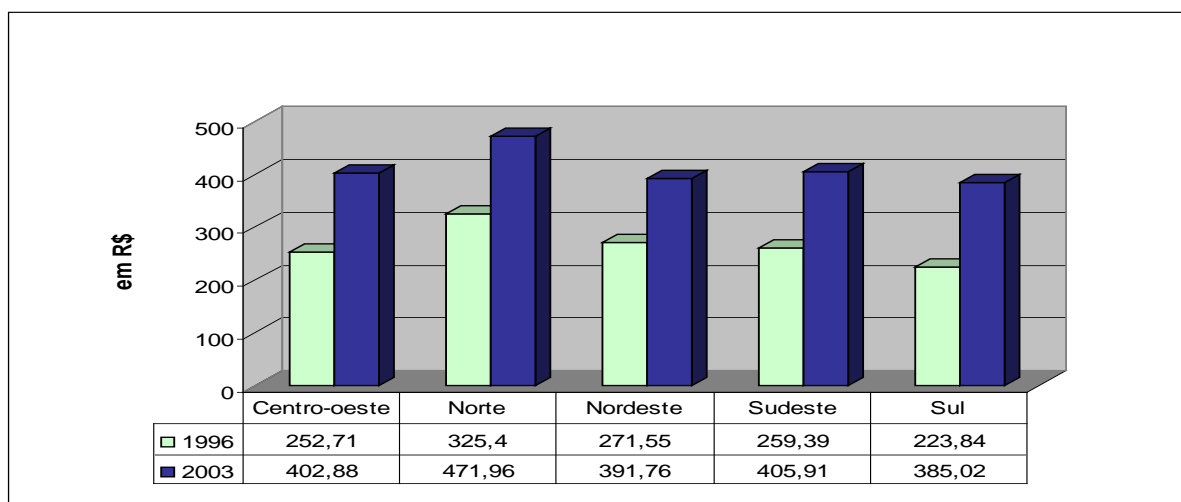
3.1. Análise das modificações ocorridas na composição dos gastos familiares com alimentos, por classe de produto e localização geográfica

Na análise das modificações dos gastos familiares com alimentos, importa considerar que as naturais limitações para a apresentação dos resultados da pesquisa, implicam na necessidade de agregação e compilação dos mesmos. Assim, para algumas categorias (caso das *bebidas e farinhas e derivados*) o tratamento coletivo não permite observar as variações produto a produto. Embora esta seja, de fato, uma limitação, julgou-se mais importante a manutenção dos resultados em separado por cada região, como forma de melhor contribuir para uma análise das modificações em nível nacional.⁶

Feitas estas ressalvas, o primeiro grupo alimentar analisado foi o de *aves e ovos*. Os resultados mostraram que o consumo desse grupo de alimentos foi explicitamente impulsionado pelo Plano Real, o que confirma resultados de outras pesquisas, a exemplo de Gomes (2002) e Pinheiro (2003).

O valor da despesa anual com aves e ovos no período em análise (Figura 1) teve grande impacto no gasto das famílias, sobretudo por consequência do aumento médio nos preços. No ano de 1996, as famílias brasileiras, de forma geral, gastavam uma média de R\$266,60 anuais na aquisição de aves e ovos, podendo ser maior ou menor dependendo da região. O que ocorreu de 1996 para 2003 foi uma variação positiva média de 55,45% na despesa das famílias brasileiras com este grupo alimentar.

⁶ O trabalho, na íntegra, com toda a desagregação nos níveis familiares (estratificação por escolaridade, classe de renda e ocupação) e por perfil de produto pode ser solicitado sem ônus pelo e-mail: vsllirio@ufv.br.



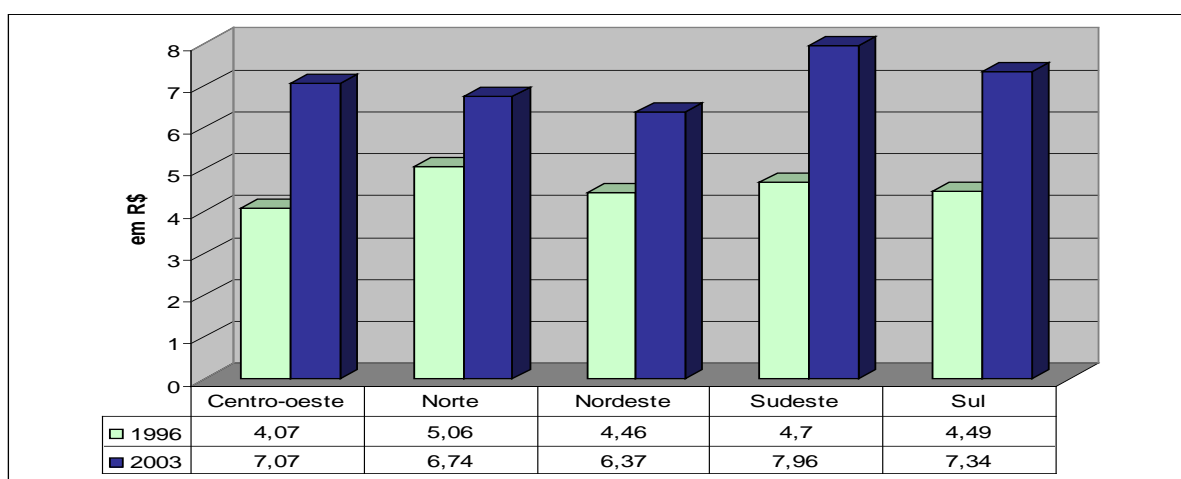
Fonte: Resultados da pesquisa

Para 1996, valor em R\$ anualizado. Para 2003, valor em R\$ deflacionado anualizado.

Figura 1 – Valor médio anual da despesa das famílias brasileiras com aves e ovos nas diferentes regiões, anos de 1996 e 2003.

No Sul, a variação foi a maior dentre as regiões analisadas: a despesa anual para compra de aves e ovos em 1996 era de R\$223,80 e passou para R\$385,00 no ano de 2003, o equivalente a uma variação de mais de 72%. Nas demais regiões, a variação do valor da despesa com aves e ovos não foi muito diferente da média nacional.

A segunda categoria analisada foi a de *carne bovina*, que agrega todos os tipos de cortes, de primeira e de segunda. Os resultados da pesquisa mostraram que no Brasil, o valor médio pago por quilo de carne bovina nos anos de 1996 comparativamente a 2003 teve um incremento de 56,51%.



Fonte: Resultados da pesquisa.

Figura 2 – Preço médio pago pelas famílias brasileiras por quilo de carne bovina, nas diferentes regiões, anos de 1996 e 2003.

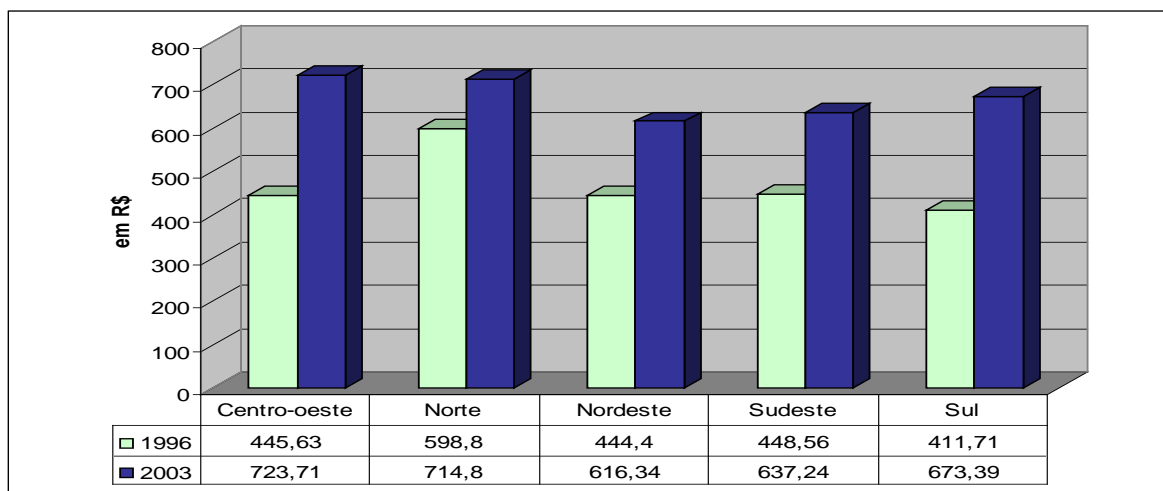


SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



A região Centro-oeste foi a que apresentou maior variação percentual positiva no período em análise, 73%, ficando bastante acima da variação média nacional. Na Figura 3, pode-se observar o valor da despesa anual das famílias com *carne bovina*, que teve, igualmente, grande variação entre as regiões: enquanto na região Norte a variação no período em análise foi de 19,37% e na região Sul chegou a 63,55%.

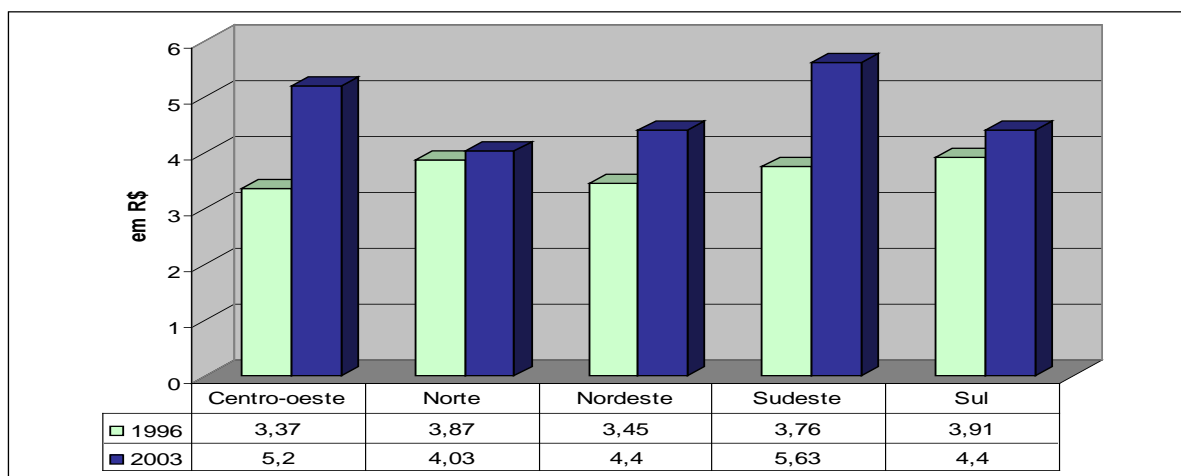


Fonte: Resultados da pesquisa

Para 1996, valor em R\$ anualizado. Para 2003, valor em R\$ deflacionado anualizado.

Figura 3 – Valor médio anual da despesa das famílias brasileiras com carne bovina nas diferentes regiões, anos de 1996 e 2003.

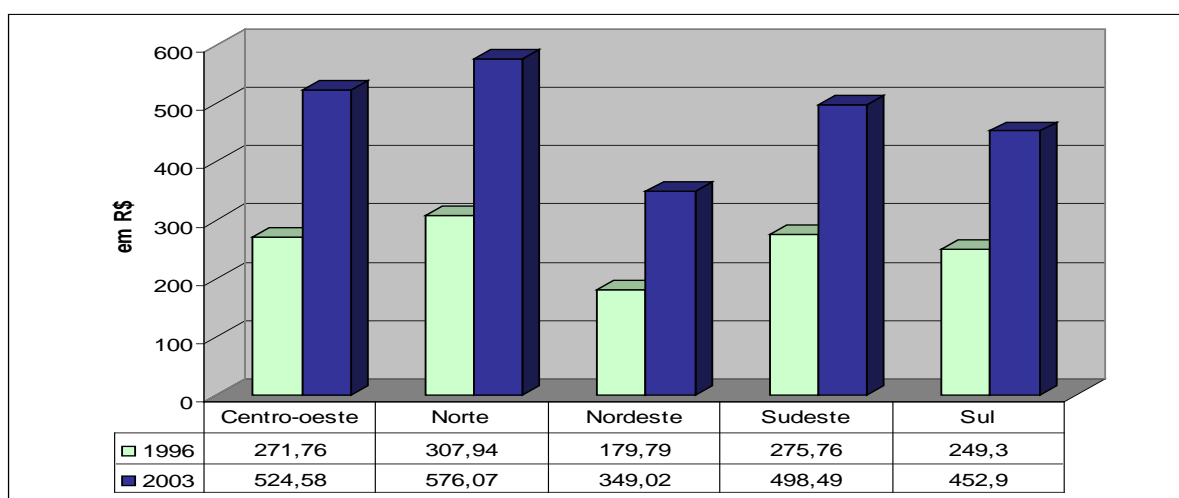
No caso da *carne suína* (categoria que também agrega os cortes de primeira e de segunda) a média do preço pago pelas famílias brasileiras por quilo foi de R\$3,67 em 1996 e R\$4,73 em 2003, variando em média 29,65%. Todas as regiões brasileiras tiveram aumento no preço pago pelo quilo de carne suína, porém a maior variação foi na região Centro-oeste, 54,3%.



Fonte: Resultados da pesquisa.

Figura 4 – Preço médio pago pelas famílias brasileiras por quilo de carne suína, nas diferentes regiões, anos de 1996 e 2003.

O valor anual médio da despesa para aquisição de *carne suína* no Brasil foi de R\$256,91 em 1996 e R\$480,21, em 2003 – o equivalente a 87,33% (Figura 5). De modo geral, a variação do valor dessa despesa nas regiões brasileiras foi muito próxima a variação nacional. A região onde as famílias tiveram que gastar mais, comparando o gasto em 1996 e 2003, para adquirir o quilo da carne de suíno foi a região Nordeste onde a variação entre um ano e outro foi de 94,13%.



Fonte: Resultados da pesquisa

Para 1996, valor em R\$ anualizado. Para 2003, valor em R\$ deflacionado anualizado.

Figura 5 – Valor médio anual da despesa das famílias brasileiras com carne suína nas diferentes regiões, anos de 1996 e 2003.

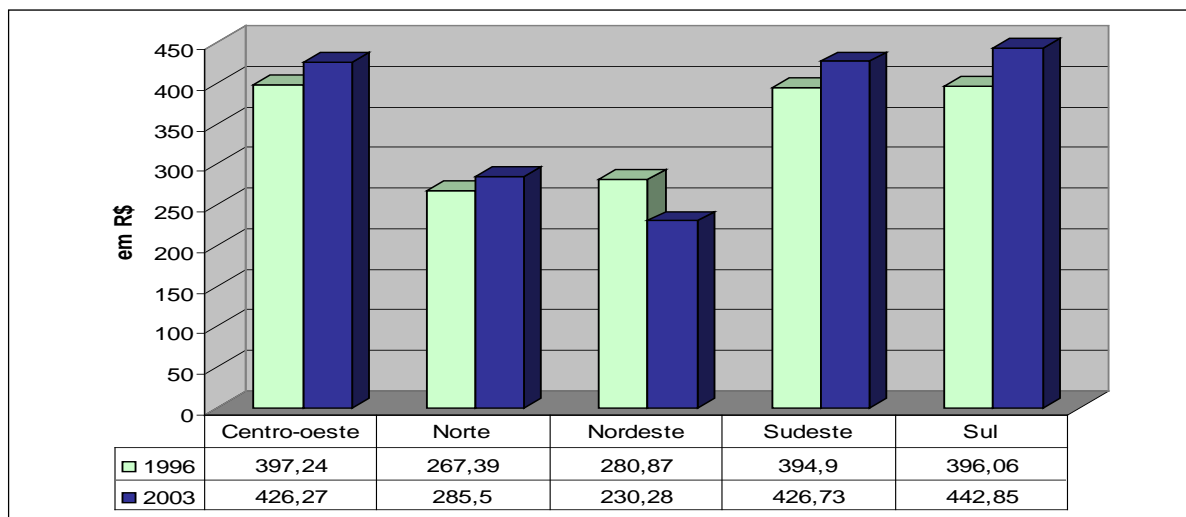
O grupo *bebidas* apresentou grande mudança em sua despesa entre as famílias no período considerado (Figura 6). Essa mudança no perfil de consumo deve-se à diversificação dos tipos de bebidas que são consumidas, tendo em vista a maior acessibilidade aos produtos nos últimos anos da análise. De acordo com Lirio (2004), além do crescimento vegetativo o setor experimentou um grande crescimento no segmento de sucos e néctares ‘prontos para beber’ e águas minerais flavorizadas. Todavia, por questões de renda, esse crescimento é muito pouco homogêneo concentrando-se, inclusive, nas regiões de maior poder aquisitivo.

Nesse sentido, a região que apresentou a maior variação percentual no aumento do preço pago por litro de bebida foi a Região Sudeste. Nessa região o preço pago em 1996 era de R\$5,05/l, já em 2003 o preço era de R\$9,27/l, com um aumento de 83,56%. A região que teve menor variação de preço entre 1996 e 2003 foi a Nordeste, 9,78%, onde as famílias pagavam R\$7,87/l e passaram a pagar R\$8,64/l no período indicado.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



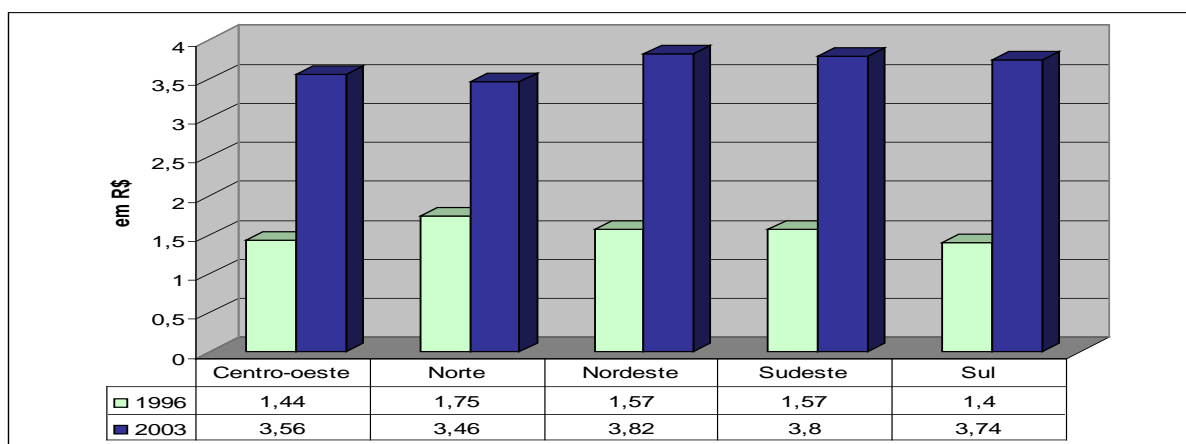
Fonte: Resultados da pesquisa

Para 1996, valor em R\$ anualizado. Para 2003, valor em R\$ deflacionado anualizado.

Figura 6 – Valor médio anual da despesa das famílias brasileiras com bebidas nas diferentes regiões, anos de 1996 e 2003.

O valor da despesa anual com *bebidas* teve aumento em todas as regiões, com exceção da Nordeste, onde houve uma redução de 18,01%. No Brasil, a despesa média das famílias para aquisição de bebidas cresceu pouco de 1996 a 2003, com R\$347,29 e R\$362,33 respectivamente, representando aumento de apenas 3,19%.

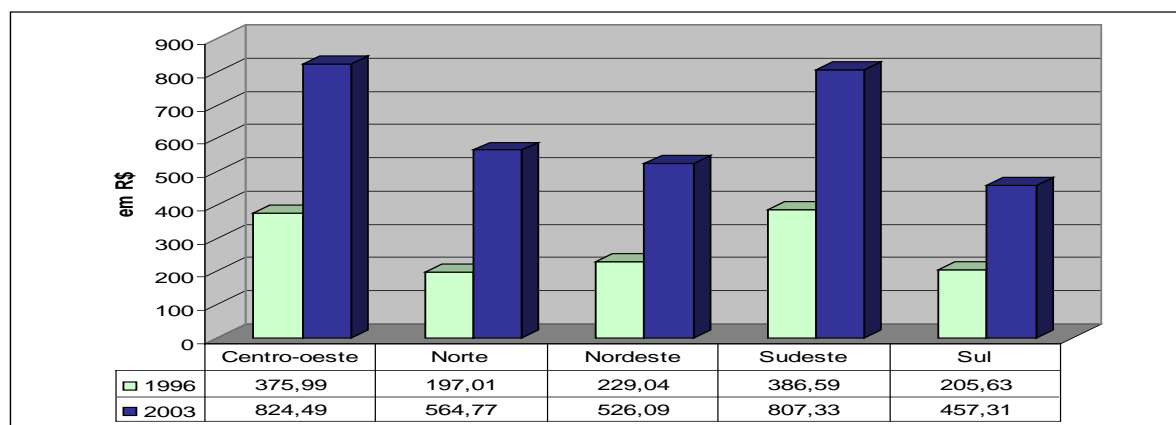
No caso dos *cereais*, com relação ao preço por quilo, a região que teve a menor variação percentual no preço de 1996 e 2003 foi a Norte - 97,71% - no período (Figura 7). Considerando que a variação média nacional para o preço pago na aquisição do produto foi de 139,49% e que todas as demais regiões tiveram variação semelhante à média do país, pode-se dizer que o fato da região Norte ter tido a menor variação está relacionado com a região ter o maior preço em 1996 e o menor preço em 2003.



Fonte: Resultados da pesquisa.

Figura 7 – Preço médio pago pelas famílias brasileiras por quilo de cereal, nas diferentes regiões, anos de 1996 e 2003.

Nesta categoria alimentar – *cereais* – tanto os preços quanto a despesa tiveram aumentos muito expressivos: todas as regiões brasileiras tiveram variação percentual positiva maior que 100% no valor da despesa anual com cereais no período em análise, ou seja, em todas as regiões o gasto anual com esse tipo de alimento pelo menos dobrou nos anos de estudo. Como pode ser visto na Figura 8, em 1996, o gasto médio das famílias brasileiras com a aquisição de *cereais* era de R\$278,85; já em 2003, esse montante chega a R\$636,00, mostrando variação de 133,38%. Na prática, considerando o fato de tratar-se de categoria de alimentos de baixa elasticidade-preço da demanda, esse era um comportamento esperado.



Fonte: Resultados da pesquisa

Para 1996, valor em R\$ anualizado. Para 2003, valor em R\$ deflacionado anualizado.

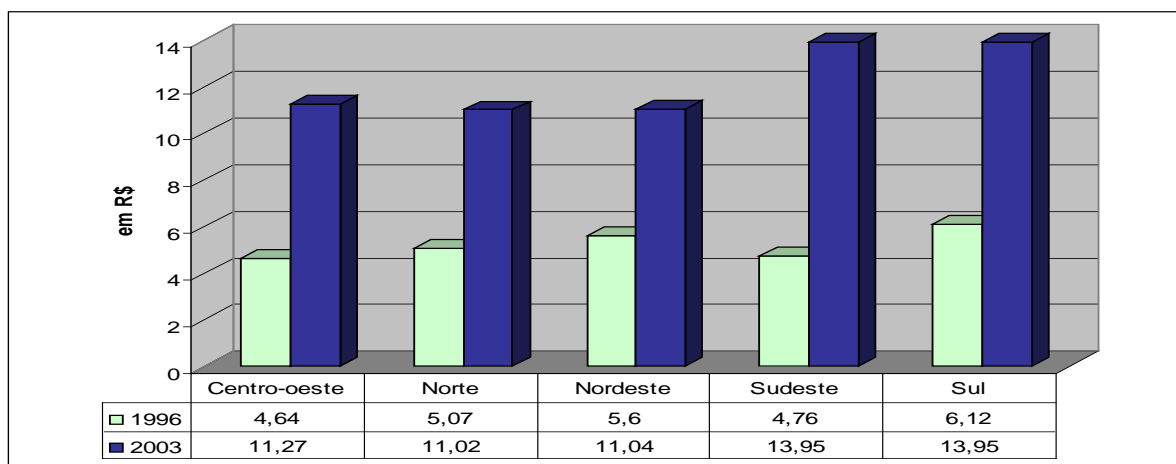
Figura 8 – Valor médio anual da despesa das famílias brasileiras com cereais nas diferentes regiões, anos de 1996 e 2003.

Analogamente ao ocorrido para os cereais, o preço do grupo *farinhas e derivados* aumentou, em média, mais de 100%. De acordo com os resultados da pesquisa, Figura 9, o preço médio pago para aquisição de um quilo de *farinha e derivados*, em 1996, era de R\$5,23, chegando a R\$12,24 em 2003 (acréscimo de 135,68% no período). Praticamente todas as regiões estudadas tiveram variação superior a 100% entre 1996 a 2003, à exceção da Nordeste, cuja mudança percentual foi de 97,14% nos mesmo período.



SOBER

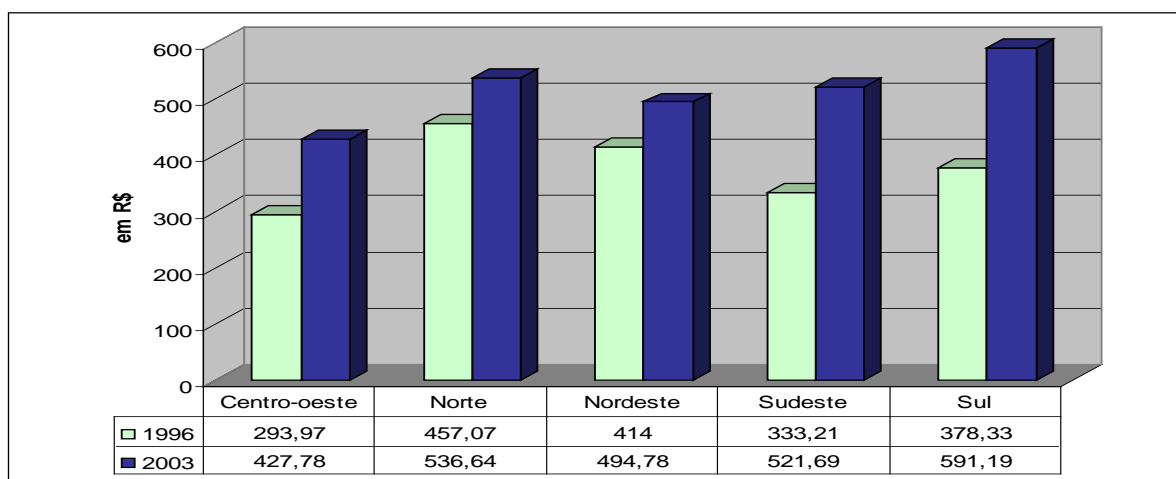
XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



Fonte: Resultados da pesquisa.

Figura 9 – Preço médio pago pelas famílias brasileiras por quilo de farinha e derivados, nas diferentes regiões, anos de 1996 e 2003.

Todavia, ao contrário das variações no preço, o dispêndio anual das famílias brasileiras com farinhas foi menor, indicando uma retração no consumo desses alimentos: no ano de 1996 foi de R\$375,32 passando para R\$514,42 em 2003, com um aumento de 39,05% no período (Figura 10).



Fonte: Resultados da pesquisa

Para 1996, valor em R\$ anualizado. Para 2003, valor em R\$ deflacionado anualizado.

Figura 10 – Valor médio anual da despesa das famílias brasileiras com farinhas e derivados nas diferentes regiões, anos de 1996 e 2003.

Interessante observar que os aspectos teóricos relacionados à sensibilidade dos consumidores às variações nos preços dos alimentos mais uma vez se manifestam de forma clara: como são alimentos menos inelásticos que o grupo *cereais*, o efeito positivo na variação dos preços retrai, com mais vigor, a demanda por esse grupo de alimentos. A região de maior



SOBER

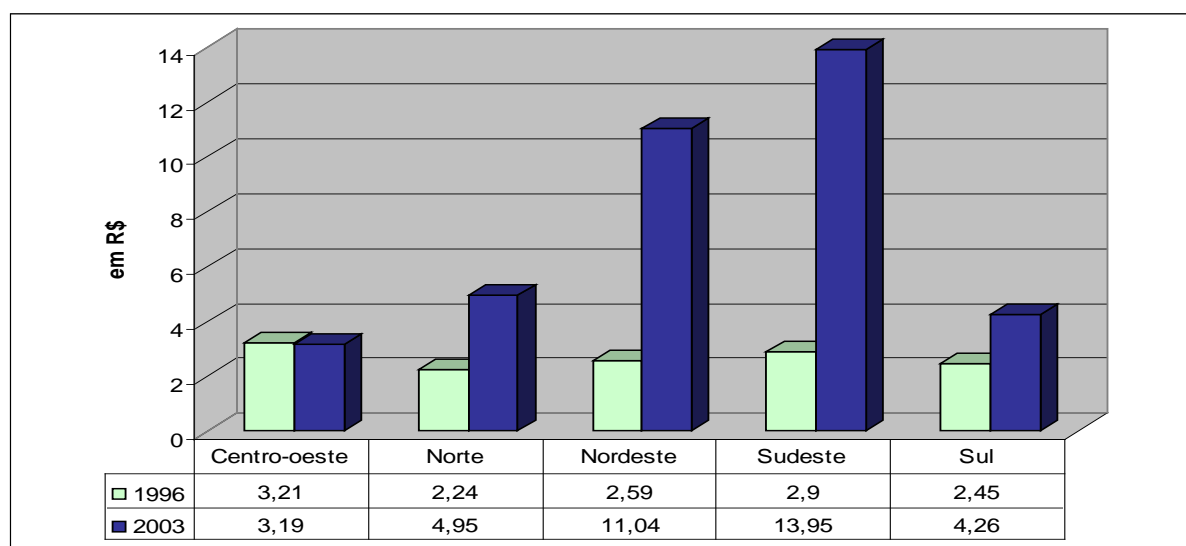
XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



destaque no valor anual gasto com a aquisição de farinhas foi a região Sudeste, pois em 2003 as famílias gastaram R\$521,69, 56,56% a mais que em 1996, mostrando que nas regiões de maior média de renda, como esperado, os aumentos de preço têm menor repercussão sobre o consumo alimentar.

A região Nordeste apresentou menor variação percentual no que diz respeito ao gasto anual das famílias com *farinhas e derivados*, apenas 19,51%. Considerando o fato de ser região de menor renda média, em uma análise mais imediata poder-se-ia imaginar que a retração no consumo fosse, inclusive, maior que o percentual de aumento no preço. Entretanto, há questões culturais a serem consideradas: as pessoas que vivem nessa região têm por tradição o consumo de farinhas, ou seja, a variação pouco expressiva de 1996 a 2003 demonstra a constância na aquisição deste alimento.

No caso das frutas, as regiões brasileiras em análise apresentaram variação percentual positiva no preço pago por quilo na comparação 1996-2003, com exceção da região Centro Oeste, que apresentou redução de 0,62% (Figura 13).



Fonte: Resultados da pesquisa.

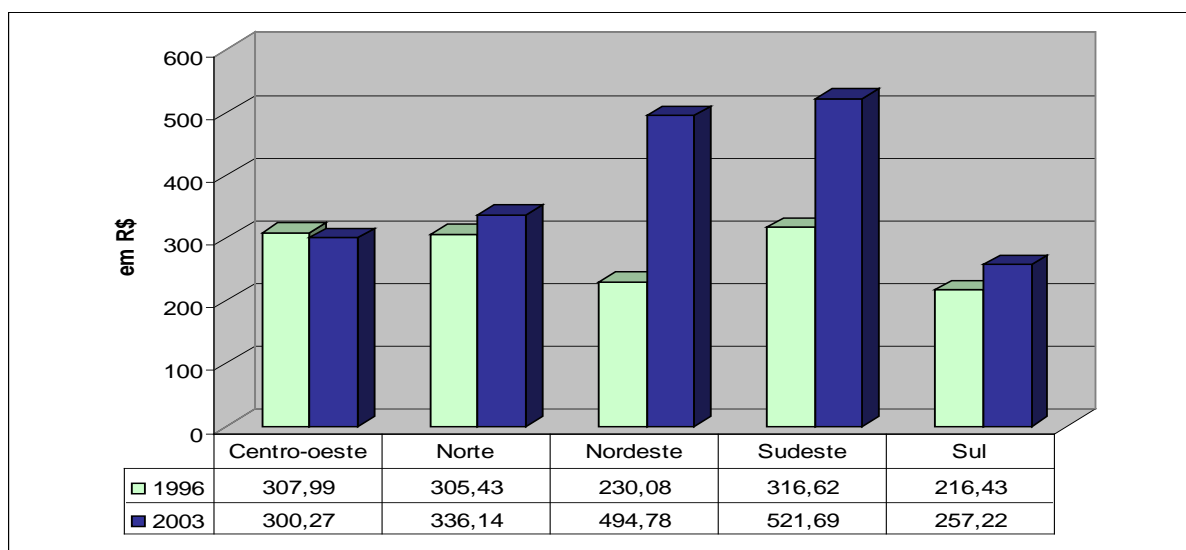
Figura 11 – Preço médio pago pelas famílias brasileiras por quilo de frutas, nas diferentes regiões, anos de 1996 e 2003.

No Sudeste, em 1996, as famílias pagavam um dos maiores preços pelo quilo de frutas, ficando atrás somente da região Centro-Oeste. Todavia, em 2003, as variações médias nos preços dos quilos de frutas no Sudeste e Nordeste foram muito altas. Em parte, o que explica essa variação é a forma de organização da própria base de dados: não apenas o preço médio das frutas subiu, mas, principalmente nessas regiões, aumentou o acesso a frutas nobres (incluindo a questão da exposição do nordeste ao crescente acesso ao mercado internacional de frutas). Como a base de dados agrega o conjunto sem maiores especificações por categoria frutícola, perde-se a capacidade de proceder a uma análise desagregada.

Em relação à despesa total das famílias com *frutas*, o Nordeste apresentou maior variação percentual entre as regiões em estudo. Como pode ser visto na Figura 12, a despesa da referida região passou de R\$230,08, em 1996, para 494,78, em 2003, o equivalente a uma



variação de 115,05%. Convém destacar, entretanto, que embora a maior variação percentual nas despesas totais com frutas tenha ocorrido no Nordeste, as famílias da região Sudeste tiveram os gastos mais significativos com frutas tanto em 1996 quanto em 2003. O aumento nas despesas anual com frutas nas regiões nordeste e sudeste ocorreu em decorrência do aumento do preço pago pelas famílias pelo quilo ao produto. A região do Centro Oeste apresentou redução nas despesas incorridas pelas famílias no ano de 2003 comparativamente a 1996, que pode ser resultado da redução no preço pago pelo quilo da fruta entre os anos de 1996 e 2003.



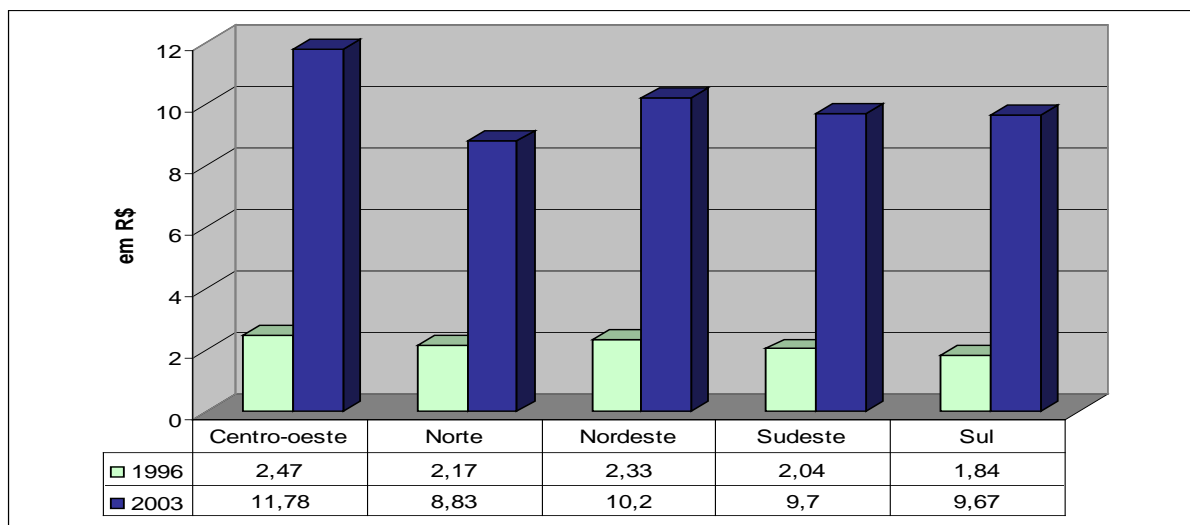
Fonte: Resultados da pesquisa

Para 1996, valor em R\$ anualizado. Para 2003, valor em R\$ deflacionado anualizado.

Figura 12 – Valor médio anual da despesa das famílias brasileiras com frutas nas diferentes regiões, anos de 1996 e 2003.

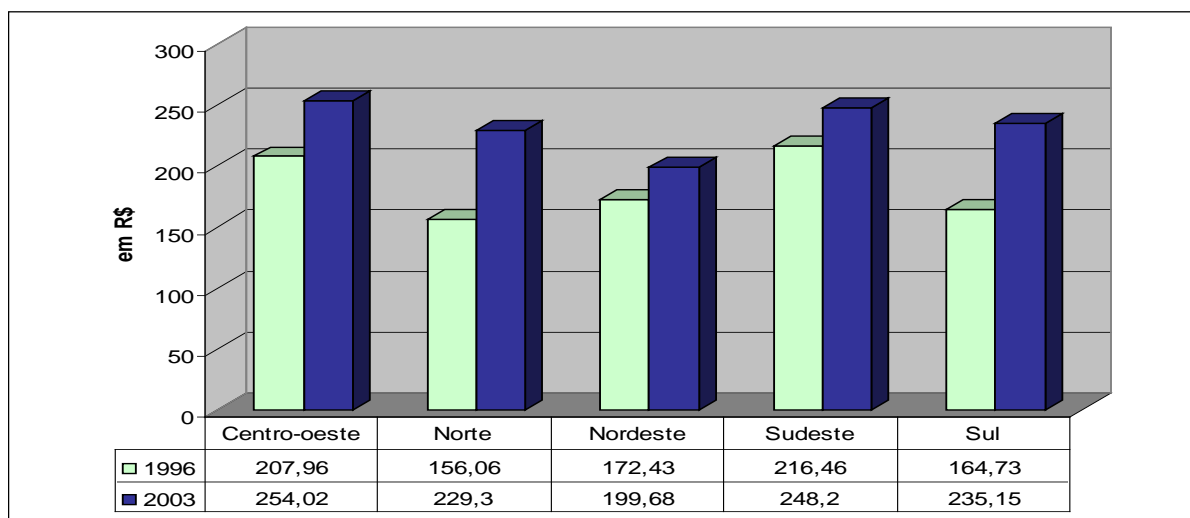
Para os *legumes e verduras*, os resultados mostraram que o preço pago por esses alimentos teve um incremento médio de 364,53% no período analisado, o maior entre as categorias de alimentos analisadas. A região que apresentou maior variação do preço pago por quilo foi a Sul, passando de R\$1,84 em 1996 para R\$9,67 em 2003, um crescimento de 425,54% (Figura 13).

O valor da despesa anual com legumes e verduras no período em análise, por consequência ao aumento do preço do quilo também teve impacto no gasto das famílias, como se pode observar na Figura 14. No ano de 1996, as famílias brasileiras, de forma geral, gastavam uma média de R\$183,52 anuais para aquisição de legumes e verduras. Entre os levantamentos realizados nos anos de 1996 e 2003, houve variação positiva de em média 28,45% na despesa das famílias brasileiras.



Fonte: Resultados da pesquisa.

Figura 13 – Preço médio pago pelas famílias brasileiras por quilo de legumes e verduras, nas diferentes regiões, anos de 1996 e 2003.



Fonte: Resultados da pesquisa

Para 1996, valor em R\$ anualizado. Para 2003, valor em R\$ deflacionado anualizado.

Figura 14 – Valor médio anual da despesa das famílias brasileiras com legumes e verduras nas diferentes regiões, anos de 1996 e 2003.

Por fim, a última categoria analisada foi a de *lácneos*. Conforme pode ser observado na Figura 15, os resultados mostraram que no Brasil, o valor médio pago por quilo (ou litro) de lácneos em 1996 correspondia a R\$6,37, passando a R\$9,62 em 2003 - aumento de 62,35%. Já a variação da despesa anual das famílias para o consumo de lácneos nos anos em análise (Figura 16), resultado interessante foi observado para a região Nordeste. A variação negativa da despesa das famílias com lácneos nessa região foi de 0,29%, ou seja, pode-se considerar

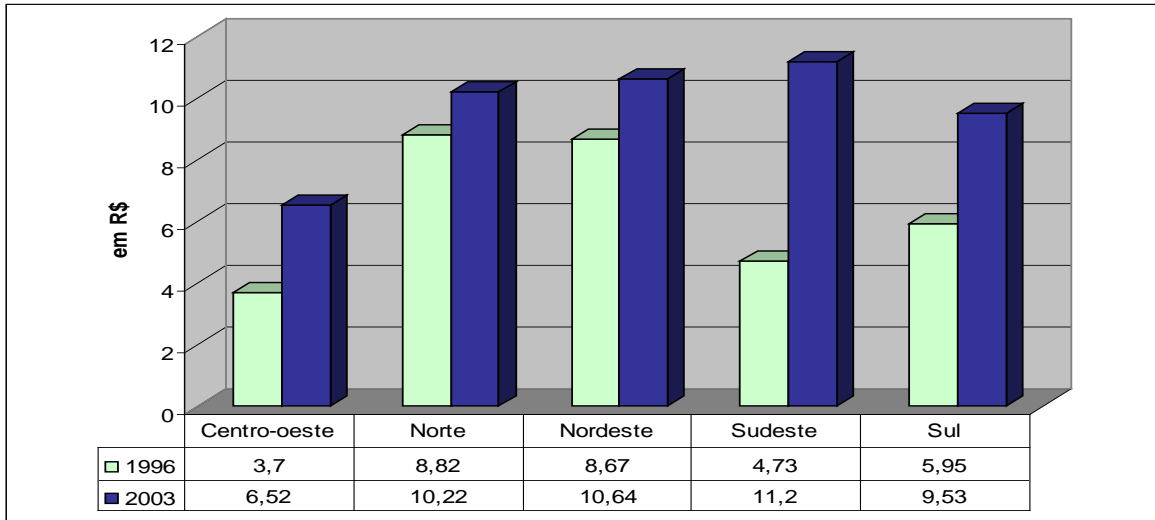


SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

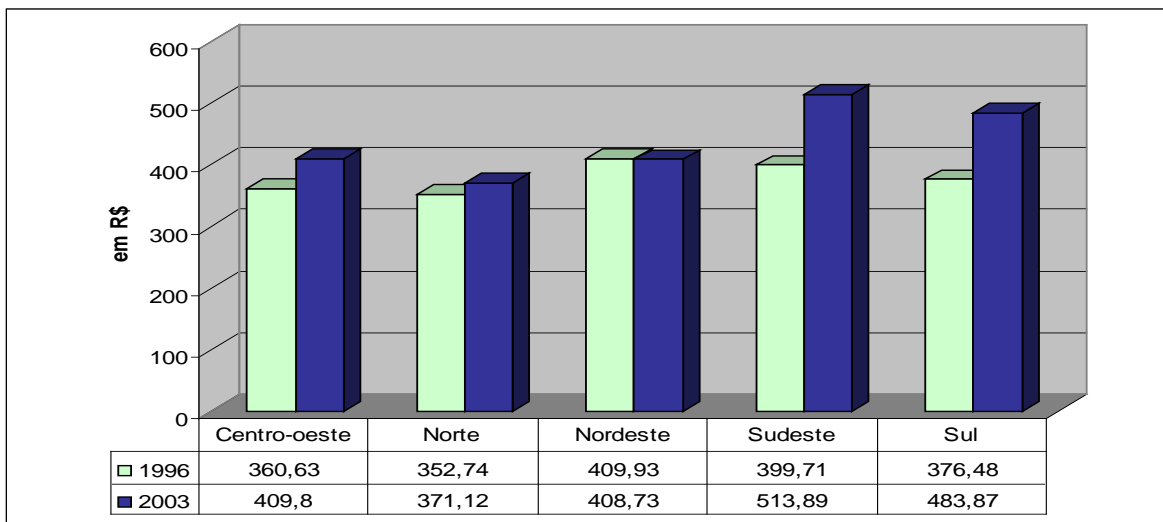


que o valor da despesa não sofreu grande alteração nos anos estudados. As regiões Sul e Sudeste, por sua vez, tiveram variações semelhantes, de 28,52% e 28,56% respectivamente.



Fonte: Resultados da pesquisa.

Figura 15 – Preço médio pago pelas famílias brasileiras por litro/quilo de lácteos, nas diferentes regiões, anos de 1996 e 2003.



Fonte: Resultados da pesquisa

Para 1996, valor em R\$ anualizado. Para 2003, valor em R\$ deflacionado anualizado.

Figura 16 – Valor médio anual da despesa das famílias brasileiras com lácteos nas diferentes regiões, anos de 1996 e 2003.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



4. CONCLUSÕES

Nos últimos anos, sobretudo na última década, o cenário brasileiro passou por relevantes mudanças sócio-econômicas, que repercutiram, entre outras instâncias, na distribuição da renda familiar e nas despesas alimentares. Nesse contexto, o objetivo principal deste trabalho consistiu em analisar as mudanças na demanda alimentar das famílias brasileiras no período 1996 a 2003, considerando, nesta avaliação, as diferenças de localização geográfica. Na seleção dos grupos alimentares estudados tomou-se por base a representatividade dos mesmos na alimentação, tanto em termos de dispêndio quanto em termos nutricionais. Assim, as categorias selecionadas foram: aves e ovos, carne bovina, carne suína, bebidas, cereais em grãos, farinhas e derivados, frutas, legumes e verduras e lácteos.

A categoria de *Legumes e Verduras* foi a que, dentre os demais grupos de produtos estudados, apresentou o maior aumento de preço de um período a outro, interferindo no gasto anual das famílias que também cresceu. Entretanto, o que se deve considerar é que a quantidade consumida de legumes e verduras permaneceu praticamente constante entre os anos de análise, o que se deve ao fato de que o gasto das famílias com esse tipo de alimento é relativamente pequena dada à proporção de seu gasto relacionado à sua renda total.

Dentre os tipos de proteínas analisadas - *aves e ovos*, *carne bovina* e *carne suína* - o grupo *carne suína* se destacou, pois teve um pequeno aumento no consumo. Apesar de este ter tido aumento de preço significativo de um ano a outro para todas as regiões, o valor anual médio da despesa para aquisição de carne suína no Brasil aumentou mais que proporcionalmente, definindo, portanto, aumento no consumo do bem e com isso, de forma geral, uma mudança de hábito alimentar do consumidor brasileiro.

Em relação ao grupo *Cereais*, foi observado um comportamento semelhante entre a despesa anual e o preço do produto, isto porque, em ambos os itens analisados, houve elevação expressiva dos valores gastos pelas famílias. Em todas as regiões brasileiras, as famílias tiveram que desembolsar no ano de 2003 pelo menos o dobro do que gastaram em 1996 para adquirir esse tipo de alimento. Houve como consequência natural, pequena redução do consumo deste grupo alimentar em todas as regiões, com exceção à região Norte, onde ocorreu pequeno aumento no consumo. Cabe ressaltar que mesmo nas regiões em que houve redução de consumo, esta foi pequena, mantendo praticamente constante, o que era esperado devido ao fato dessa categoria de alimentos ter baixa elasticidade-preço da demanda.

Na classe de alimentos *farinhas e derivados* foi observado comportamento semelhante ao da classe *Cereais*; entretanto, a redução no consumo foi proporcionalmente maior. O preço pago para aquisição de farinhas e derivados aumentou para todas as regiões analisadas. Em contrapartida, o dispêndio anual das famílias brasileiras nesse grupo alimentar foi bem menor, indicando uma retração no consumo desses alimentos. Esta retração, na região Nordeste, onde teve a menor variação no gasto anual, a princípio pode ser entendida como resposta ao fato desta região possuir a menor renda média; porém, questões culturais também devem ser consideradas, já que há tradição no consumo de farinhas e derivados.

Importante considerar, por fim, que no decorrer do trabalho houve empecilhos que de restringiram o universo da pesquisa, embora não tenham chegado a comprometer o resultado. Alguns destes foram: a falta de trabalhos científicos sobre o tema abordado, dificultando uma discussão mais aprofundada dos resultados, bem como a corroboração dos mesmos; a falta de padronização dos dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



IBGE e a forma na qual a fonte de dados do trabalho – POF, abordou temas distintos de um período a outro. Isto muitas vezes impossibilitou a comparação de dados fundamentais pela inexistência de informações disponibilizadas em ambos os anos.

Sugere-se que para uma melhor avaliação conjuntural do poder aquisitivo e perfil das famílias brasileiras relacionado ao consumo de alimentos básicos fosse necessário um estudo da elasticidade de renda e da demanda, bem como outros indicadores econômicos. Isso seria importante para demonstrar numericamente a interferência do preço, oferta e renda no consumo e aquisição de alimentos nos mais diferentes cenários.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERTASSO, Beatriz F. **O Consumo Alimentar em Regiões Metropolitanas Brasileiras: Análise da Pesquisa de Orçamentos Familiares/IBGE 1995/96**. 2000. 109 p. Dissertação (Mestre em Ciências, Área de concentração: Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz/Universidade de São Paulo, Piracicaba – SP, 2000.

CASTRO, Paulo F. e MAGALHÃES, Luís C. G. **Recebimento e dispêndio das famílias brasileiras: evidências recentes da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) – 1995/1996**. Texto para Discussão n. 614. Brasília: IPEA, dezembro de 1998. 37p.

CRUZ, Izabel Silva. A Estrutura de Consumo: Que Mudanças? In: IV Congresso Português de Sociologia. AAVV, Sociedade Portuguesa: Passados Recentes, Futuros Próximos. Lisboa, 2002. **Anais...** Lisboa, Portugal, 2002. Disponível em: <<http://www.aps.pt/ivcongractas/Acta040.PDF>>. Acesso em 08 fev. 2006.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS ECONÔMICOS – DIEESE. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>>. Acesso em 04 dez. 2007.

GOMES, M. F. M. A cadeia produtiva das carnes em Minas Gerais. In: **Minas Gerais no Século XXI**. Belo Horizonte: BDMG, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003: Primeiros Resultados – Brasil e Grandes Regiões**. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. 278 p.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **IPEADATA – Dados Macroeconômicos e Regionais**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em 10 fev. 2006.

LAVINAS, Lena. **Acessibilidade alimentar e estabilização econômica no Brasil nos anos 90**. Texto para Discussão n. 591. Rio de Janeiro: IPEA, setembro de 1998. 19 p.

LIRIO, V.S. **Análise da demanda brasileira por frutas e derivados**. (Texto interno para discussão). Viçosa, 2004.

MENEZES, T.; SILVEIRA, F. G.; MAGALHÃES, L. C. G. de; TOMICH, F. A.; VIANNA, S. W. **Gastos alimentares nas grandes regiões urbanas do Brasil: aplicação do modelo AID aos microdados da POF 1995/1996 IBGE**. Texto para Discussão n. 896. Brasília: IPEA, Julho de 2002. 22 p.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



PINHEIRO, C.D. e LIRIO, V.S. Condicionantes da demanda por carnes no município de Viçosa – MG. In: **Revista Econômica da UNA – REUNA**. Belo Horizonte: UMA, v.6, n (01), 2003.

ROCHA, S. Linhas de pobreza para as regiões metropolitanas na primeira metade da década de 80. In: XVI Encontro Nacional de Economia. Belo Horizonte: ANPEC, v. IV, dez. 1988, p. 81-96. **Anais...** 1988.

SANTOS, Silvana L., BATALHA, Mário O. **Mudanças nos padrões de consumo alimentar da população das regiões metropolitanas do Brasil - 1995-2003**. Disponível em: http://www.gepai.dep.ufscar.br/pdfs/1128015279_SOBER_2005-mudancas_no_padries_de_consu.pdf. Acesso em: 17/01/08

SICHIERI, Rosely. CASTRO, Joelma. F. G., MOURA, Aníbal. S., **Fatores associados ao padrão de consumo alimentar da população brasileira urbana**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v19s1/a06v19s1.pdf>. Acesso em: 17/01/08

SIMONSEN, Mário Henrique. **Teoria Microeconômica**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1967, v.1 (Teoria do Consumidor). 249 p.

SPERS, Eduardo Eugênio. Pesquisa e Marketing em Alimentos. In: NEVES, Marcos Fava e CASTRO, Luciano Thomé e (Org.). **Marketing e Estratégia em Agronegócios e Alimentos**. São Paulo: Editora Atlas S.A./PENSA, 2003, p. 53-72.